



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação em
Saúde Coletiva
Brasil

Matos de Andrade, Tarcisio

Uso de drogas entre adolescentes jovens: perspectivas de prevenção no contexto das relações
familiares e da educação à luz dos princípios e práticas de redução de danos

Ciência & Saúde Coletiva, vol. 12, núm. 5, setembro-outubro, 2007, pp. 1118-1120

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63012506>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Hoje, a maior parte das vítimas brasileiras continua sendo crianças, adolescentes, homens e mulheres negros e, como 43%² do total de casos de tráfico no mundo são para fins de exploração sexual, são as mulheres as que mais sofrem (98%); por isso, é tão importante a articulação dos diversos setores governamentais e não governamentais para ações eficazes de enfrentamento ao tráfico e atendimento das vítimas.

Muito trabalho, mas com integração e eficácia

A Política Nacional de Enfrentamento à exploração sexual e tráfico de pessoas já mostra seus impactos positivos, tanto com relação ao diálogo promovido entre os diversos atores, quanto ao aumento do número de ações de enfrentamento, prevenção e atendimento. A política prevê esses três eixos de ações, não tendo o foco apenas nas ações de repressão. Sem dúvida conscientizar, eliminar as formas de discriminação, promover o trabalho decente e erradicar o trabalho infantil são as principais armas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, que assume hoje a posição de uma das maiores ações criminosas em todo o mundo.

O Brasil está num processo de organização para enfrentar o problema, inclusive com relação à legislação penal, que prevê o tráfico internacional e interno para fins de exploração sexual, mas não para fins de trabalho forçado ou remoção de órgãos. Para esse caso, deve-se recorrer a outros artigos não específicos e que não representam a gravidade da situação apresentada. Isso não significa que a mudança da lei penal, por si só, será responsável pela diminuição do crime de tráfico; ela ajudaria a esclarecer o conceito, competências e limites para a categorização do crime; no entanto, a prevenção é o melhor e mais eficaz meio de eliminar esse crime.

Nesse contexto e considerando que a OIT tem papel de fortalecer as políticas públicas concernentes a sua área de atuação, faz-se justo mencionar que a OIT esteve presente em todos os momentos importantes da construção da política nacional voltados a essa causa, participando, na forma que compete, das atividades do plano nacional de enfrentamento. As atividades dos projetos da OIT, dentre os quais o TIP (Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas), IPEC (Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil), GRPE (igualdade de gênero e raça, erradicação da pobreza e geração de emprego) e Trabalho Escravo, atuam em consonância com a

Política Nacional de Enfrentamento à exploração sexual e tráfico de pessoas, em reconhecimento à importância da integração entre as políticas, prevenção e repressão ao crime.

Referências

1. Costa AM da, Schwarcz LM. *1890 - 1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.
2. Organização Internacional do Trabalho (OIT). *Relatório global do seguimento da declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho*. Geneva: OIT; 2005.

Uso de drogas entre adolescentes jovens: perspectivas de prevenção no contexto das relações familiares e da educação à luz dos princípios e práticas de redução de danos

Drug use among young adolescents – prospects for prevention within the context of family relationships and education in the light of damage control principles and practices

Tarcísio Mats de Andrade ⁴

A relação entre pais e filhos: fundamentos da prevenção do uso de drogas

Na sua canção “Sapato 36” (1977), diz o cantor e compositor brasileiro Raul Seixas: “eu calço é 37, meu pai me dá 36, dói, mas no dia seguinte aperto meu pé outra vez”; e adiante “porque cargas d’água você acha que tem o direito de sufocar tantas coisas que trago em meu peito”. E conclui com “pai, estou indo embora, quero partir sem brigar, já escolhi meu sapato que não vai mais me apertar”. A diferença de tamanho do sapato é uma metáfora do conflito de gerações e a escolha dos próprios sapatos, uma metáfora da autonomia dos filhos ao se tornarem independentes.

⁴ Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia. tarcisio@ufba.br

Mais que prover os sapatos, ajudar a escolhê-los traduz o verdadeiro papel dos pais. A provisão dos sapatos é da ordem do cuidado e pode implicar apenas na entrega do dinheiro necessário a sua aquisição; já a ajuda na escolha dos mesmos pressupõe, além da presença física, um saber sobre a preferência e os valores do filho, algo que é da ordem da subjetividade, da preocupação com o outro e, portanto, demanda tempo. Tempo, em um tempo que não se tem tempo para nada. Eis a questão.

Filhos independentes, autônomos, autênticos significam filhos que vão embora; implica, portanto, em perda e separação. A adolescência é, como todos sabemos, um período de instabilidades, marcada, inclusive, pelas mudanças físicas que surpreendem, gratificam, mas também incomodam aos próprios adolescentes e aos seus pais. Em parte, por conta da velocidade dessas mudanças, o adolescente não tem um lugar definido e se vê colocado entre dois mundos: o da criança que não é mais e o do adulto que ainda não é. Os pais ratificam essa posição aos lhes cobrar responsabilidades com frases do tipo “você não é mais uma criança” e ao lhe negar direitos com outras do tipo “você ainda não é um adulto”. Mas o que efetivamente coloca o adolescente no lugar de quem não tem lugar é ouvir dos pais algo como “estude para ser alguém na vida”. O que significa que naquele momento ele não é alguém.

Os pais tentam prover aos filhos o conforto que idealizam para eles próprios, muitas vezes propiciando em excesso – e mesmo, para além de suas possibilidades – o que os filhos demandam, ao mesmo tempo em que os mantêm afastados de toda a dureza do trabalho e das responsabilidades do cotidiano¹. A facilidade de ir e vir, os meios de comunicação e os avanços tecnológicos parecem ter feito dos filhos, ainda muito jovens, pessoas preparadas para a vida. Os cuidados providos pelos pais parecem fazer suplência à criação dos filhos. Compra-se segurança, transporte, educação, meios de comunicação, e se tem a sensação de que tudo foi dado; aparentemente têm tudo, mas em verdade têm pouco ou nada do que realmente necessitam – a verdadeira preocupação dos que por eles são os responsáveis.

De uma maneira geral, os pais se sentem preocupados com os filhos e pagam com noites insones, apreensões, ansiedade e medo o preço dessas preocupações. É natural e saudável para os filhos que os pais se preocupem com eles. No entanto – quando se trata de verdadeira preocupação – ouvi-los e saber o que se passa é de fundamental importância para se evitar atitudes in-

tempestivas e melhor orientá-los em relação ao futuro. Suponhamos, por exemplo, que o colega que daria carona ao filho na volta para casa, no horário que esse combinara com os pais, se encontrava alcoolizado e ele preferiu não arriscar, aguardando algum tempo até providenciar outra forma de condução. Se não houver de parte dos pais o espaço necessário para a análise desse fato, mas apenas a repreensão pelo atraso, dois possíveis caminhos podem ser tomados: a) submissão, sempre, ao estabelecido, ainda que com o risco de pagar com a própria vida, como tem acontecido a milhares de pessoas nos acidentes de veículos quando se combina uso de álcool e direção ou b) um distanciamento em relação aos pais, não se estabelecendo acordos ou descumprindo o que fora estabelecido por julgá-lo inaceitável.

Outro aspecto relevante no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes diz respeito à identificação pelo ter, uma marca dos tempos atuais onde o processo de inclusão social se faz pelo poder de consumo e da qualidade do que se consome. Há uma generalização das necessidades em detrimento dos valores individuais. Se a moda é usar uma determinada marca, freqüentar um determinado local, assistir ao show de uma determinada banda, todos devem fazê-lo – e isso não apenas entre os jovens; para os adultos, a boa norma pode ser ter taxas de colesterol sob controle, ser esbelto, parecer jovem, freqüentar determinado restaurante e assim por diante.

Trata-se de um processo de alienação ao mercado, intermediado pelo poder da propaganda a serviço do capital, cujos princípios não incluem o outro enquanto objeto de suas preocupações, mas reduzido à condição de consumidor. À medida que esses processos de indiferenciação avançam, a suplência a uma identidade própria se faz de forma concreta. Aí reside o avanço da estética corporal que inclui as cirurgias plásticas, a maquiagem, o uso de anabolizantes, as tatuagens, os “piercings”; bem como as práticas transgressivas, que vão da simples subversão de costumes, passando pelo abuso de drogas, até a organização em grupos fundamentalistas com acentuada intolerância às diferenças.

O uso de drogas: prevenção e redução de danos

Seguindo-se a diferença entre cuidado e preocupação, examinemos o cotidiano das crianças na busca constante de testar possibilidades e limites. Suponhamos que ao ver o filho trepado em

uma árvore, os pais, os professores ou alguém nessa posição o repreenda dizendo: “menino, desça daí”, “isso é perigoso”. Ou mesmo: “você quer morrer”? Em sua natural teimosia e necessidade – e isso é constitutivo para as crianças – ele certamente voltará a subir na árvore, mas desta feita, longe do olhar de um adulto, o que, em caso de acidente, pode retardar o socorro necessário. Ao invés da repreensão, o adulto pode, conversando com a criança a respeito dos riscos de sua atividade, propiciar-lhe orientações sobre segurança, a exemplo da necessidade de checar a firmeza de cada galho para onde pretende se deslocar; de evitar subir na árvore em dias de chuva e sem calçados, uma vez que essas condições aumentam o risco de escorregar e sofrer uma queda.

Os princípios que regem esse tipo de orientação, em que a segurança é colocada em primeiro lugar, constituem as bases da abordagem originalmente aplicada ao uso/abuso de drogas, conhecida como redução de danos. Ela se aplica bem às situações onde a interdição de uma dada atividade ou comportamento, como no exemplo acima e no próprio uso de drogas, não logra êxito, seja pela impossibilidade do seu protagonista se manter afastado da mesma, seja pela vontade de continuá-la.

Sobre os dizeres dos pais aos seus filhos, quando se diz à criança algo do tipo “você quer morrer?” e tantos outros rótulos e/ou comentários que se fazem sobre os filhos, a exemplo de “nervosos”, “inquieta”, “endiabrado” ou mesmo algo como “esse menino não vai dar para nada”, é preciso refletir sobre a responsabilidade de quem diz, por aquilo que diz. É evidente que se um irmão, após uma desavença, ouvir do outro “eu quero que você morra, que um carro lhe atropеле”, é completamente diferente de ouvir essas mesmas palavras, ainda que na mesma entonação e intensidade de voz, de um dos pais. Dependendo de quem diz, as palavras produzem consequência de maior ou menor intensidade.

Reflitamos sobre frases como “drogas é um caminho sem volta”, advindas muitas vezes de pais, professores e adultos em geral na tentativa de preservar os jovens do uso/abuso de drogas. Ao concluir o curso colegial, 54% dos jovens americanos tinham experimentado algum tipo de droga, em algum momento de suas vidas²; 90% desses jovens entre 12 e 17 anos que já haviam usado maconha se abstiveram do uso dessa droga alegando como motivo os cuidados com a própria saúde e os seus efeitos negativos³; apenas 1% daqueles que haviam experimentado maconha passaram ao uso de cocaína⁴. Logo, para esses jovens,

que em algum momento da vida, experimentam drogas ilícitas e não deram segmento a essa prática, a afirmativa acima soa como uma grande mentira. Isso tem como consequência o descrédito do mundo dos adultos e junto o descarte de informações verdadeiras, a exemplo da diferença de potencial aditivo entre uma droga e outra. Diante de afirmações do tipo “todas as drogas são iguais” ou “todas as drogas causam dependência”, ao verificar que o uso de drogas como a maconha, considerada “leve”, não os tornou dependentes, alguns jovens tendem a estender essa percepção a outras drogas, como a cocaína e a heroína, com o risco de virem a pagar com isso um preço muito alto.

Sobre esse assunto, é preciso ser mais realista, estar mais próximo das verdades científicas e passar aos jovens informações verdadeiras, lhes propiciando escolhas conscientes, sensatas e mais seguras. Desse modo, eles estarão mais preparados para, ao se engajarem em práticas de risco, se proteger da melhor maneira possível.

Referências

1. Calligaris C. *Crônica do individualismo cotidiano*. São Paulo: Ed. Ática; 1996.
2. Johnston LD, O'Malley PM, Bachman JG. *National Survey Results on Drug Use from Monitoring the Future Study*. Rockville, MD: U.S. Department of Health & Human Services; 1998.
3. SAMHSA, Office of Applied Studies, National Household Survey on Drug Abuse. *Main Findings*. Washington, DC: National Clearinghouse for Alcohol and Drug Information; 1999.
4. Zimmer L, Morgan JP. *Marijuana Myths, Marijuana Facts: A Review of the Scientific Evidence*. New York: The Lindesmith Center; 1997.